

1- O Método Cartesiano

1.1- A necessidade e a função geral do método

Embora o objetivo maior deste trabalho seja a análise das provas da existência de Deus nas *Meditações Metafísicas*, não prescindimos de uma abordagem inicial do método cartesiano, por ser de extrema importância para a filosofia de Descartes. De onde vem, então, esta necessidade metodológica? Do simples fato de que para Descartes filosofar é buscar a verdade metodicamente. Filosofia e pensamento metódico coincidem, o que equivale a dizer que na maioria dos casos a verdade não se revela espontaneamente mas, antes, deve ser garimpada em toda parte pelo entendimento. Digo na maioria dos casos pois se fosse na totalidade dos casos difícil seria encontrar o próprio método.

Mas, se o método nos dá uma explicação de que uso fazer da intuição intelectual para não cair num erro contrário ao verdadeiro, e do meio de encontrar deduções para alcançar o conhecimento de tudo, nada além, parece-me, é exigido para que ele seja completo, porquanto nenhuma ciência pode ser adquirida senão pela intuição intelectual ou pela dedução, como já foi dito anteriormente. Pois ele não pode estender-se até a ensinar como se devem fazer essas próprias operações, porque elas são as mais simples e as primeiras de todas, de sorte que, se nosso entendimento não pudesse já fazer uso delas anteriormente, não compreenderia nenhum dos preceitos do próprio método, por mais fáceis que fossem.¹

É nesse sentido que Descartes enaltece um certo tipo de matemática utilizada pelos antigos, no caso, a Geometria, e entre os modernos, a Álgebra ou a Aritmética², que segundo ele contêm tais verdades espontâneas. É pelo mesmo motivo que Descartes aconselha os estudos matemáticos como ideais para a formação dos espíritos, pois é ali que se encontram em maior número aquelas verdades espontâneas que brilham mesmo quando buscadas sem método.

Portanto, já que a utilidade desse método é tão grande que a cultura das letras parece, sem ele, destinada a ser prejudicial em vez de proveitosa, persuado-me facilmente de que os espíritos superiores, mesmo sob condução da natureza, já a

¹ Cf. Regra IV

² Cf. Regra IV e 2ª parte do Discurso do Método.

perceberam antes de certa maneira. Isso porque a inteligência humana tem não sei quê de divino, onde as primeiras sementes de pensamento úteis foram lançadas de tal modo que em geral, por mais desprezadas e por mais sufocadas que sejam por estudos mal feitos, produzem um fruto espontâneo. Fazemos a experiência disso nas mais fáceis das ciências, a Aritmética e a Geometria.³

Pelo que foi dito, podemos determinar a origem ocasional⁴ do método nas pesquisas matemáticas empreendidas por Descartes no início de sua vida. Sabemos que Descartes estava preocupado desde os seus primeiros escritos com a certeza absoluta e indubitável⁵, e que, até então, só se deparara com tais certezas na Geometria e na Aritmética, daí elas servirem de exemplo a ser considerado. Contudo, isto não quer dizer que o método seja a própria matemática. Reconhecido mais facilmente nas matemáticas, ele também deve estar contido nas outras disciplinas, o que significa dizer que nestas disciplinas devem existir, como nas matemáticas, aquelas certezas indubitáveis. Aliado a isso, se nos lembrarmos de que o *Discurso do Método* serve de introdução a três ensaios respectivamente intitulados de *Dióptrica*, *Meteoros* e *Geometria* e que estes ensaios têm como função apresentar a fecundidade do método em diferentes disciplinas, não resta dúvida de que tal método é indispensável à filosofia considerada como o conjunto das ciências. Veremos claramente a universalidade essencial do método quando o compararmos com a própria unidade do pensamento, o que faremos a seguir.

1.2- A identidade e a unidade do método e do pensamento

Duas imagens traduzem de forma magistral a identidade e a unidade do método e do pensamento em Descartes. São elas a imagem da árvore do conhecimento científico no prefácio dos *Princípios da Filosofia*, e, na *Regra I*, a imagem da luz do sol como a luz natural do intelecto. Vejamos respectivamente as belas e persuasivas palavras de Descartes:

Assim, a Filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a Metafísica, o tronco a Física, e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências que se

³ Cf. Regra IV

⁴ A matemática é o caso exemplar do pensamento metódico, embora este pensamento possa ser exercido em outras áreas, como, por exemplo, a física ou filosofia natural e a metafísica.

⁵ Cf. Regra II: “Os objetos com os quais devemos nos ocupar são aqueles que nossos espíritos parecem conhecer de uma maneira certa e indubitável.”

reduzem a três principais: a Medicina, a Mecânica e a Moral, entendendo por Moral a mais elevada e mais perfeita, porque pressupõe um conhecimento integral das outras ciências, e é o último grau da sabedoria.⁶

Pois, como todas as ciências nada mais são senão a sabedoria humana, que sempre permanece uma e a mesma, seja qual for a diferença dos assuntos aos quais é aplicada, e que não lhes confere mais distinções do que a luz do sol confere à variedade das coisas que ilumina, não é necessário impor ao espírito nenhum limite. Isso porque o conhecimento de uma única verdade, como se se tratasse da prática de uma única arte, não nos afasta da descoberta de uma outra, mas, ao contrário, ajuda-nos a fazê-la.⁷

Note-se que *Regras para a orientação do espírito* é uma das primeiras obras de Descartes e *Princípios da Filosofia* uma das últimas. Tanto numa como noutra, vemos o caráter sistemático da filosofia cartesiana. Este caráter é sustentado exatamente sobre a unidade do entendimento humano, ou seja, num mesmo pensamento metódico, diferenciado apenas quanto a seus objetos. Portanto, todas as ciências utilizam o mesmo método embora tenham objetos diversos.

1.3 - As regras fundamentais do método

O método cartesiano é exposto de forma sistemática em duas obras: Nas *Regras para a orientação do espírito* e no *Discurso do Método*. A primeira obra é de data anterior a 1628 e a segunda de 1637. Das duas obras, a que exerceu maior influência na história da filosofia foi o *Discurso do Método*. O método é apresentado na segunda parte do *Discurso do Método* por quatro preceitos gerais que se tornaram célebres no mundo filosófico. Já as *Regras*, que ficaram inacabadas, formam um número de vinte e uma regras num projeto que visaria trinta e seis. No final da *Regra XII*, Descartes nos revela a divisão que seria seguida nas trinta e seis regras. As doze primeiras teriam como matéria as *proposições simples*⁸, elas seriam preceitos que ajudariam o conhecimento, incluídos a imaginação, os sentidos e a memória, como nos diz a formulação da regra XII. As doze seguintes tratariam não mais de proposições simples mas de *questões perfeitamente conhecidas* e que são deduzidas das naturezas simples, na sua maior parte só encontradas na Aritmética e na Geometria. Sobre

⁶ Cf. Princípios da Filosofia, pág. 22.

⁷ Cf. Regra I.

⁸ Cf. Regra XVII, pág. 95.

as últimas regras, as que tratam de *questões que não são perfeitamente conhecidas*, Descartes não esclarece muita coisa, limitando-se a advertir o leitor para que pratique bastante as regras já colocadas, dedicando-se posteriormente a esta parte do método.

O que nos interessa aqui são as doze primeiras regras, isto é, aquelas regras que dizem respeito ao espírito que conhece independente do objeto conhecido, sejam eles matemáticos como é caso da segunda dúzia de regras ou de outra disciplina qualquer. Para distinguir as principais características do método cartesiano iremos em primeiro lugar citar os quatro famosos preceitos do *Discurso do Método*, e depois utilizaremos as *Regras* para desenvolver sua compreensão.

Vejamos então a formulação dos preceitos no Discurso do Método:

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir.⁹

1.3.1 - O primeiro preceito

No primeiro preceito encontramos sete noções que se inter-relacionam: evidência, precipitação, prevenção, juízo, clareza, distinção e dúvida. Podemos dividi-los em dois grupos: 1-precipitação, prevenção, juízo e dúvida; 2- evidência, clareza e distinção. O primeiro grupo contém de forma geral os meios para se atingir a verdade. De um lado o que deve ser evitado, o mal: a precipitação e a prevenção. De outro, o que deve ser feito, o

⁹ Cf. Discurso do Método, 2ª parte, pág 53 e 54.

remédio: duvidar de tudo quanto for possível antes de julgar. Na mesma parte do Discurso do Método, Descartes afirma que o mundo é constituído quase totalmente de espíritos adoecidos por aquele mal. Uns julgam antes de ter um conhecimento indubitável, o que define a precipitação, outros julgam se apoiando na autoridade das opiniões e não na autoridade da evidência intelectual, o que define a prevenção. Desta maneira, exercendo a dúvida se evitaria a precipitação e a prevenção julgando assim de acordo com a evidência intelectual. No segundo grupo está contido o critério da verdade, isto é, aquelas características que toda verdade deve possuir. A verdade deve ser manifesta a um espírito atento e deve ser apreendida de modo preciso e diferente de todas as outras apreensões, sendo conhecida em si mesma.¹⁰ O que é claro e distinto é evidente e vice-versa.

Vamos agora às *Regras para a orientação do espírito* e busquemos mais algumas explicitações por parte de Descartes. A *Regra I* fala que, no que diz respeito ao conhecimento intelectual e não às artes que necessitam do corpo, é mais fácil aprender todas as ciências em conjunto do que separadas. Aqui, o que está em jogo é a unidade entre as ciências da qual já falamos mais acima e à qual retornaremos ao falar da ordem. No caso específico do primeiro preceito citado há pouco, as *Regras* que nos fornecem iluminação são as de número II e III. O que dizem elas?

A Regra II delimita o campo científico ao indubitável. Assinala também que a dúvida não deve ser perene mas apenas temporária. Assim, diz Descartes, um homem que duvida de muitas coisas não é mais sábio do que aquele que nunca pensou nelas. Nesta regra também é colocada a crítica cartesiana à “maquinaria dos silogismos prováveis” dos escolásticos, que podem servir para educar crianças mas são ineficazes para se atingir a verdade absoluta. Entretanto, a informação mais importante vem a seguir. Após se perguntar por que somente na Aritmética e na Geometria existem verdades científicas, ou seja, indubitáveis, Descartes chega às seguintes conclusões. Há uma via dupla que nos conduz ao conhecimento das coisas: a experiência e a dedução. Dentre estas, a que geralmente nos faz incidir no erro é a experiência, de maneira que a dedução pode ser negligenciada quando o espírito não está atento mas de forma alguma pode ser mal feita pelo entendimento. De tudo isso, Descartes conclui:

¹⁰ Cf. Princípios, artigo 45, 1ª parte.

Tira-se, evidentemente, dessas considerações o motivo pelo qual a Aritmética e a Geometria são muito mais certas do que as outras disciplinas: é que são as únicas a versar sobre um objeto tão puro e tão simples que elas não têm de fazer, em absoluto, nenhuma suposição que a experiência possa deixar duvidosa e são inteiramente compostas de conseqüências que devem ser deduzidas racionalmente.¹¹

A experiência seria assim um obstáculo a ser superado na busca da evidência. O indubitável estaria vinculado ao pensamento puro, isto é, ao pensamento tomado unicamente em si. Veremos adiante, quando tratarmos do preceito que trata das naturezas simples e compostas, em quê consiste a experiência para Descartes. Por ora, podemos concluir que a Regra II nos delimita ao mesmo tempo o campo da dúvida e o campo do indubitável, respectivamente representado pela experiência e pela dedução pura das matemáticas.

A Regra III define com mais pormenores o campo do conhecimento indubitável ao dizer que existem somente dois atos do espírito que nos permitem conhecer as coisas com certeza: são a intuição e a dedução.

Por intuição entendo não a confiança instável dada pelos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação com más construções, mas o conceito que a inteligência pura e atenta forma com tanta facilidade e clareza que não fica absolutamente nenhuma dúvida sobre o que compreendemos; ou então, o que é a mesma coisa, o conceito que a inteligência pura e atenta forma, sem dúvida possível, conceito que nasce apenas da luz da razão e cuja certeza é maior, por causa de sua maior simplicidade, do que a da própria dedução.¹²

Para Descartes, conhecemos a maioria das coisas de maneira certa sem ser evidente, o que quer dizer que quando se trata de longos encadeamentos de razões não conseguimos intuir todas as relações entre os termos em apenas um ato. É necessário um movimento contínuo do pensamento ligando o primeiro ao último termo, ou seja, a dedução. Descartes distingue a intuição da dedução pelo simples fato de que nesta há o recurso à memória enquanto naquela não há este recurso. A evidência da intuição é atual, a da dedução, pelo menos nos casos complexos, é extraída da memória. Assim, com o recurso da memória, o entendimento liga um termo não-atual a um termo atual, contanto que a cadeia já tenha sido

¹¹ Cf. Regra II.

¹² Cf. Regra III.

percorrida anteriormente passo a passo por intuição. Desta forma, o fundamento da dedução é a intuição.

Para concluir a análise do primeiro preceito do *Discurso do Método*, sob o ponto de vista das *Regras*, vamos relembrar duas considerações desenvolvidas acima e que achamos importantes. Em primeiro lugar, este preceito estabelece o critério de verdade como aquilo que é evidente, claro e distinto, que nada mais é que a intuição intelectual. Em segundo lugar, estabelece a experiência, veremos mais adiante que se trata da experiência sensível, e as más construções da imaginação como campos duvidosos. Vale lembrar aqui que a precipitação pode ser entendida em termos de um juízo baseado na imaginação e não no entendimento, e a prevenção enquanto o juízo baseado naquilo que vem da experiência¹³, ou seja, das opiniões oriundas de fora do entendimento.

1.3.2 - O segundo, o terceiro e o quarto preceitos

O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir.

Se o primeiro preceito diz de forma geral as fontes do erro e a fonte da verdade, os preceitos acima nos ensinam como proceder para se chegar à intuição intelectual. Dividir as parcelas em tantas quantas forem possíveis, partir dos objetos mais simples para compreender os mais compostos e depois fazer enumerações completas formam em conjunto o que Descartes chama de ordem. Nos dizeres do próprio Descartes, *a ordem consiste apenas em que as coisas propostas primeiro devem ser conhecidas sem a ajuda das seguintes, e que as seguintes devem ser dispostas de tal forma que sejam demonstradas*

¹³ Cf. Regra XII: “Experimentamos tudo o que percebemos pela sensação, tudo o que aprendemos dos outros, e geralmente tudo o que chega ao nosso entendimento, quer de outro lugar, quer da contemplação refletida que ele tem de si mesmo.”

só pelas que as precedem. A grande diferença epistemológica que Descartes faz questão de enfatizar em relação à escolástica é que todas as coisas, do ponto de vista do conhecimento e não no ponto de vista do ser, devem ser dispostas em séries segundo a hierarquia do simples ao composto, do absoluto ao relativo, isto é, daquilo que é conhecido por si mesmo para o que daí pode ser deduzido.

As *Regras V, VI e VII* equivalem aos três últimos preceitos do *Discurso do Método*. Já na *Regra V* há um exemplo bem interessante daquilo que representaria um absoluto numa série de coisas a conhecer. Após dizer que o método todo consiste na ordem e na organização dos objetos a serem compreendidos pela inteligência, Descartes cita alguns exemplos do que seria uma investigação sem ordem, isto é, sem método. O primeiro exemplo apresentado foi o da Astrologia, que, sem um conhecimento prévio da natureza dos céus e dos movimentos dos astros, pretenderia indicar-lhes determinados efeitos. No mesmo rol são colocados aqueles que querem construir máquinas produtoras de movimento sem conhecer a Física. Este último exemplo nos mostra que em relação às artes mecânicas a Física seria mais absoluta, isto é, teria que ser conhecida antes como um pressuposto ao conhecimento daquelas. Na *regra VI*, Descartes identifica o absoluto a certas naturezas simples:

Ensina-nos ela, de fato, que todas as coisas podem ser distribuídas em certas séries, não por certo na medida em que as reportamos a algum gênero de ser, segundo a divisão que deles fizeram os Filósofos em suas categorias, mas na medida em que podem ser conhecidas umas pelas outras...

Para que se possa fazer isso como se deve, temos de notar em primeiro lugar que todas as coisas – do ponto de vista que pode torná-las úteis ao nosso desígnio, em que não consideramos sua natureza isolada, mas em que as comparamos entre si a fim de conhecê-las umas pelas outras – podem ser denominadas absolutas e relativas.

Assim também, enfim para fazer compreender melhor que consideramos aqui séries de coisas por conhecer e não a natureza de cada uma delas, foi de propósito que incluimos a causa e o igual entre as coisas absolutas, conquanto sua natureza seja realmente relativa. Com efeito, para os Filósofos, a causa e o efeito são coisas correlativas, ao passo que aqui, procurando o que é um efeito, cumpre antes conhecer a causa e não inversamente, etc.¹⁴

¹⁴ Cf. Regra VI.

Por fim, na *Regra VII*, Descartes apresenta a função da enumeração, que seria a de remediar a memória através de um movimento contínuo do pensamento que repassaria com atenção todas as relações entre as intuições com o objetivo de abarcá-las num pensamento único e atual. A chamada *ciência das conclusões* será fortemente apoiada nesta operação, pois é da natureza do espírito pensar os objetos em tempos diferentes. Podemos antecipar aqui que a hipótese do Deus enganador atingirá em cheio a enumeração, porém; no contexto da *Regras*, ela é fundamental.

A ordem mencionada acima decorre exatamente da postura radical de Descartes em só aceitar como válido aquilo que se assenta na evidência intelectual. Com isso, cria-se a necessidade de se reconstruir todo o conhecimento. O conhecimento do mundo ou da natureza, o conhecimento de si mesmo, em suma, o conhecimento daquilo que chama-se “a realidade” passa a ser reconstruído segundo a ordem que vai de uma evidência a outra.

Qual a implicação desse pressuposto metodológico? Em primeiro lugar, fica suspenso¹⁵ o acesso a uma realidade constatada factualmente. Ao contrário, todo fato terá que ser justificado metodicamente, ou seja, terá que se fundamentar numa evidência intelectual, ou ser ele mesmo uma evidência intelectual. Assim, o real passa a depender da faculdade de conhecer, isto é, do entendimento. Portanto, nesta ordem o conhecimento do entendimento é anterior ao conhecimento do todo o resto, inclusive o conhecimento de Deus. Esta primazia metódica do entendimento se tornará explícita nas *Meditações Metafísicas*.

1.4- O Método nas *Meditações Metafísicas*

Descartes pede aos leitores de suas meditações que as levem a sério sob pena de não lhes compreenderem o sentido exato. Esta advertência liga-se profundamente à especificidade do conteúdo destas meditações: as questões metafísicas. Por ser uma área da filosofia na qual as noções oriundas dos sentidos não têm nenhum efeito explicativo ou demonstrativo, a Metafísica exigiria um verdadeiro exercício ascético contra as habituais crenças fundadas na experiência sensível. A complexidade das meditações metafísicas demandaria uma forma de demonstrar que ao mesmo tempo mantivesse o rigor da ordem e

¹⁵ Será como veremos adiante a função precípua da dúvida metódica.

arrancasse o consentimento do leitor através do progressivo afastamento das noções sensíveis.

Segundo Descartes, o principal objetivo da metafísica seria o conhecimento da alma e de Deus, ou, em outras palavras, o conhecimento de nossa capacidade de conhecer e do fundamento desta capacidade. Estes conhecimentos estariam no rol das noções simples a partir das quais são possíveis todos os outros conhecimentos. Aliadas às noções simples ou primeiras noções que representariam coisas(*res*) como o *Eu*, *Deus* e a *Matéria* estão as noções comuns como o princípio de identidade, o princípio de causalidade e outros que não são coisas existentes fora do entendimento. Apesar de serem essenciais ao conhecimento das coisas ou substâncias, estas noções comuns só se tornam claramente conhecidas quando vinculadas a uma substância. Por exemplo, embora o princípio *tudo o que pensa existe* seja evidente, sua evidência só é conhecida através do exemplo particular do *Cogito. Penso, logo existo* não é a conclusão do seguinte silogismo: tudo o que pensa existe, eu penso, portanto eu existo. Ao contrário, segundo Descartes, é comum formarmos as noções universais a partir das particulares.

Mas, quando percebemos que somos coisas pensantes, trata-se de uma primeira noção que não é extraída de nenhum silogismo; e quando alguém diz: *penso, logo sou, ou existo*, ele não conclui sua existência de seu pensamento como pela força de algum silogismo, mas como uma coisa conhecida por si; ele a vê por simples inspeção do espírito.¹⁶

Contudo, o acesso a estas noções simples pressuporia todo um exercício ascético e ordenado reorganizando as noções que tenho no meu pensamento segundo sua clareza e distinção. A dúvida empreendida na *Primeira Meditação* terá como finalidade justamente atingir estas noções simples que são o fundamento de todo conhecimento ulterior.

¹⁶ OE. Segundas Respostas, pág.219.